



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [!\[\]\(49aa2e1da5fe39294864e9598c593810_img.jpg\) COR DA CUECA DO RÉU – O Popular](#)
- [!\[\]\(7d0a8d8b1031f74abe67b09fcf4a2322_img.jpg\) CACAI TOLEDO PEDE NULIDADE DE PROVAS E NEGA ELO COM MORTE DE FÁBIO ESCOBAR – O Popular](#)
- [!\[\]\(6557fa7496e6a507d2326ea0bef061ee_img.jpg\) PANTANAL É ESQUECIDO EM EMENDAS PARLAMENTARES – O Popular](#)
- [!\[\]\(1fe0339452ba17bd8ae951d8509f80d6_img.jpg\) GUARDAS CIVIS AVANCAM COM LIMITES NEBULOSOS – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(3f7dbef097b87c46047901c2927193e7_img.jpg\) FOME E BOLSA FAMÍLIA – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(f421354329041d30b231dbd0377dc4a4_img.jpg\) A POLÍTICA DESTRÓI COISAS BELAS – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(4557a7673fde5aee3dcfc3acbc13f50f_img.jpg\) ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, ECONOMIA E SOFRIMENTO HUMANO – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(a09c8052b98b7778d2c72346d2066777_img.jpg\) PARTIDOS ESTABELECEM CRITÉRIOS OSCUROS PARA USO DE R\\$ 5 BI DO FUNDO PÚBLICO ELEITORAL – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(d61d07e9eb9cac37db01dc55c45bd685_img.jpg\) LULA USA TV PARA ATACAR HERANÇA DE BOLSONARO E DIZ QUE MANTERÁ RESPONSABILIDADE FISCAL – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(c84ad9254f5730201f5f3718afff882d_img.jpg\) FEMINICÍDIO: CRIME PERSISTE, MESMO COM AVANÇOS NO DIREITO DAS MULHERES – O Hoje](#)
- [!\[\]\(276ec537567fc95a4cf49492e4c3723a_img.jpg\) STF RETOMA ATIVIDADES E VAI ANALISAR MARCO TEMPORAL E MARCO CIVIL DA INTERNET – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(a99469d8f0e6e59d040348232f79b6e0_img.jpg\) PROJETO DO MDH FORMARÁ ADVOGADOS PARA ATENDER MULHERES NEGRAS PRESAS – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(ec5cec4e6a6205b97fa8e187851ae5ed_img.jpg\) A LUTA CONTRA A DIREITA – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(f45f875bc67e0e86f65e4cb112333435_img.jpg\) AUDIÊNCIA NO STF DEBATE SE ORÇAMENTO SECRETO PERSISTE – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(974e3221743d6e035a21c0afba84a6ae_img.jpg\) CRESCE NA JUSTIÇA VOLUME DE PROCESSOS CONTRA ESTELIONATO SENTIMENTAL – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(1ca6e6ff618d775accbb06741ec569d5_img.jpg\) TJSP PROÍBE USO DA MARCA MONSTER POR LOJA – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(a785eb0dec96a14637d0d47e4d37e6b9_img.jpg\) DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(52e79099a6221ef8a581e48640ed91fb_img.jpg\) RECONSTRUÇÃO DO RS E TRIBUTAÇÃO DA RETOMADA – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(b61a44e69483bdf53325101a1327edaa_img.jpg\) FATOS HISTÓRICOS DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 29.07.2024 – PÁG. 03

Cor da cueca do réu

Jesseir Coelho de Alcantara



No processo penal temos a chamada fase de instrução probatória quando as provas são produzidas. Uma delas é a conhecida audiência de instrução e julgamento, quando, dentre outros atos processuais, tem a colheita de provas com a inquirição das testemunhas. Essas são ouvidas com as perguntas feitas pelo Ministério Público e defesa, podendo o juiz complementar as indagações. Na sessão do Tribunal do Júri, os jurados, que são juízes de fato, podem perquirir também.

Pois bem. A oitiva de uma testemunha é fundamental muitas vezes para o esclarecimento do ocorrido. Ela tem o dever de falar a verdade e não pode mentir sob pena de responder por crime de falso testemunho. É uma prova muito importante, muito embora alguns a definam como a prostituta das provas por entender que ela pode ser maculada. Assim, as partes podem elaborar diretamente à testemunha seus questionamentos sobre o fato. As perguntas a ela deveriam ser objetivas e diretas, sem devaneios e rodeios, não embaraçando-a ou constrangendo-a. Igualmente não deveriam forçá-la a falar o que o interlocutor quer ouvir para seu benefício dentro do feito. Nem induzi-las nas respostas.

O grande problema é que isso às vezes não é devidamente cumprido. E mais, em muitas ocasiões sem necessidade alguma vira uma "perguntação" sem fim num questionário extenso e cansativo, que nada acrescenta na elucidação do acontecido. Gasta-se tempo demais com evasivas e encheção de linguiça na produção dessa prova. O magistrado, condutor do ato processual, tem de ficar atento a isso e regular como presidente essa ação, evidentemente tomando o cuidado de não tolher direitos.

Ora, num crime de homicídio, que é um crime contra a vida humana, se não existir violência sexual ou uma vítima ter sido atingida nas partes íntimas pelo instrumento do crime, para que perguntar num testemunho qual a cor da cueca do ofendido? Não influi absolutamente em nada na apuração do fato. Talvez se a cueca fosse o material usado para matar a pessoa, ainda assim poderia se saber para poder clarear a investigação.

Questionar se a cor do portão da casa da vítima era preto ou branco, se o autor pulou o muro da residência para adentrá-la pelo fundo para o assassinato, não serve para nada saber o colorido desse portão. São perguntas infundadas que não ajudam em nada. Elas devem ser certas, bem elaboradas e pertinentes. E o pior: há profissionais que se acham o máximo e se consideram doutores da lei, mas agindo assim mostram-se despreparados e péssimos numa audiência. Dessa forma, querer saber a cor da cueca do acusado em situações que não têm nenhum nexos no fato só serve para se passar por ridículo, a meu ver.

JORNAL – O POPULAR – 29.07.2024 – PÁG. 13

Cacai Toledo pede nulidade de provas e nega elo com morte de Fábio Escobar

Acusado de ser o mandante do assassinato de empresário em 2021, ex-auxiliar do governo estadual afirma que MP-GO não comprovou ligação sua com o crime. Defesa sugere que havia outros suspeitos a serem investigados como responsáveis por mandar matar vítima.

Márcio Leijoto

O ex-auxiliar do governo de Goiás e ex-presidente do Democratas (atual União Brasil) em Anápolis, Carlos César Savastano de Toledo, o Cacai Toledo, acusado de ser o mandante da execução do empresário Fábio Alves Escobar Cavalcante, de 38 anos, pediu por meio de sua defesa a nulidade de provas usadas pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) relacionando seu nome ao crime e diz que, além de não haver nada que o coloque como mandante do crime, haveria outros nomes a serem investigados como tais.



Cacai está preso desde o dia 3 de junho, após ficar quase sete meses foragido. Atualmente ele se encontra no Núcleo de Custódia do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. A defesa, assinada por quatro advogados, entre eles o ex-senador Demóstenes Torres, foi entregue nesta quinta-feira (25) ao Judiciário, dentro do processo que tramita por lá desde 24 de novembro do ano passado. Ele foi denunciado com três policiais militares e o assessor da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Jorge Caiado, pelo crime.

O MP-GO afirma que Cacai e Fábio passaram a se desentender após trabalharem juntos em Anápolis na campanha eleitoral de 2018. Revoltado com uma série de supostas ameaças e acusações feitas pelo empresário, o ex-auxiliar do governo passou a manifestar a intenção de se vingar, providenciando a execução do desafeto. Para isso, com a ajuda de Jorge Caiado, teria contratado o terceiro sargento da PM Welton da Silva Vieiga.

O policial teria sido quem matou Fábio, em 23 de junho de 2021, em uma emboscada em Anápolis e para isso contou com a ajuda de outros três colegas de farda. Vieiga morreu em janeiro de 2023 durante uma troca de tiros em sua casa para o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão relativos a uma outra morte na qual ele era apontado como executor. Inquérito apontou depois que ele havia se matado para não ser preso. Outros cinco policiais respondem por seis mortes em uma suposta tentativa de encobrir o caso. A defesa de Cacai afirma que as provas obtidas pelo MP-GO contra seu cliente, principalmente conversas de Whatsapp no qual a vítima do crime é citada, são originadas de outra investigação, que apurava um esquema de corrupção em um órgão do governo estadual e foram consideradas nulas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Portanto, não podem ser usadas no processo que apura a morte de Fábio Escobar. As conversas foram incluídas no caso do homicídio após autorização de compartilhamento pela Justiça.

Nas conversas captadas, Cacai aparecia falando com terceiros sobre Fábio. Em uma delas, com Jorge Caiado, diz que o empresário estava em um evento com a presença do governador Ronaldo Caiado, "encarando todo mundo" e que seria necessária uma "ação enérgica nossa". Para o MP-GO, seria uma manifestação da intenção de providenciar a morte da vítima. A defesa diz que não e cita que dias após esta mensagem o réu procurou o Judiciário para reforçar um pedido de distanciamento entre os dois. "Fato é que a acusação, além de não apresentar qualquer ato concreto praticado pelo Defendente na trágica morte de Fábio Escobar, também não conseguiu sequer demonstrar uma possível intenção homicida", afirma a defesa na petição.

A defesa também argumenta que as conversas de Cacai com oficiais da PM citadas na denúncia como provas da intenção de encomendar a morte se deram muito antes do crime e que o intervalo de tempo é muito grande para que seja feita uma relação. "Em que pese o extenso lapso temporal entre os fatos, bem como a existência de um depoimento isolado de apenas um dos participantes da conversa -- segundo o próprio depoente, estavam ali mais três pessoas --, o representante ministerial entendeu que restaria configurada a 'intenção homicida' do Defendente."

Em depoimento à Polícia Civil, o coronel da PM Benito Franco, ex-comandante das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (Rotam), disse ter sido procurado por Cacai e Jorge, além de ter trocado mensagens com o primeiro, para tratar sobre Fábio e que o ex-auxiliar do governo chegou a deixar claro a intenção de ver o empresário morto. Já o ex-secretário da Casa Militar de Goiás, coronel da PM Newton Nery Castilho, disse em depoimento ao MP-GO que também foi procurado pelos dois, mas que os orientou a registrar ocorrência das supostas ameaças de Fábio. A conversa com Castilho não é citada pela defesa de Cacai. Por fim, a defesa ressalta que Cacai não foi apontado por nenhuma das pessoas mais próximas de Fábio como o "principal suspeito" de encomendar o crime, citando o nome de outras duas pessoas e trechos de depoimentos nos quais estes nomes são colocados ao lado do de Cacai como principais desafetos da vítima. Na petição também é citado um suposto caso extraconjugal de Fábio e ameaças por causa de dívidas.

JORNAL – O POPULAR – 29.07.2024 – PÁG. 28

Pantanal é esquecido em emendas parlamentares

Nenhum parlamentar de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul indicou recursos para prevenir o fogo, que devastas o bioma

O Pantanal arde em extensão recorde neste ano, mas nem por isso se tornou prioridade para o destino de emendas de deputados e senadores. Nem houve envio de verbas por emendas de bancada. Nenhum parlamentar de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul indicou recursos para prevenção e combate aos incêndios na região. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática têm duas ações específicas para prevenção e combate a incêndios florestais.



Total indicado supera R\$ 1,4 milhão, mas não foi para o

Pantanal. Na rubrica “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias”, que poderia auxiliar o Pantanal, apenas os deputados Amom Mandel (Cidadania-AM), José Guimarães (PT-CE) e Leo Prates (PDT-BA) destinaram emendas individuais em seus respectivos estados, segundo o Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento). Quando um parlamentar indica recursos para uma determinada localidade, o valor não pode ser utilizado em outra região.

São deputados e senadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde está localizado o bioma, filiados a PL, PP, MDB, União Brasil e PT. A atividade também trata de “ações de prevenção, educação, manejo, preparação, monitoramento, combate, recuperação de áreas e estímulo à substituição do uso do fogo no meio rural”. A indicação do colegiado em 2024 foi para a ação “Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais”, com destino nacional, ou seja, o valor pode ser utilizado em qualquer lugar do Brasil.

Colegiado indicou R\$ 9,3 milhões e já foram pagos R\$ 7,5 milhões. Os dados também são do Siop. A ação prevê o monitoramento, vigilância, fiscalização e manejo integrado do fogo nas unidades de conservação federais. A rubrica propõe ainda a “gestão de riscos e emergências ambientais (...) capacitação e contratação de brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais”.

Valor foi utilizado para pagamento de salários, aquisição de materiais e elaboração de planos para as queimadas. O recurso ficou sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. Foi registrado recorde de queimadas no Pantanal. De janeiro a junho de 2024, o fogo atingiu 372 mil hectares, o que supera a área de duas cidades de São Paulo. A extensão da devastação no bioma é 54% maior do que a área atingida pelos incêndios no mesmo período em 2020. Foi o pior ano de queimadas na região, com a destruição de 241,7 mil hectares.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.07.2024 – PÁG. A2

Guardas civis avançam com limites nebulosos

Mais armadas, corporações podem ajudar na segurança desde que não colidam com papel da PM e sob controle institucional

Foi-se o tempo em que as guardas municipais se limitavam a uma espécie de linha auxiliar na segurança das cidades, como proteger o patrimônio público, fiscalizar o trânsito ou cuidar da ronda escolar. Nos últimos anos, o recrudescimento da violência urbana estimulou prefeitos país afora a criar novas tropas ou alterar radicalmente o seu escopo de atuação, inclusive com o uso de armamento pesado —algo não previsto na Constituição de 1988, mas que acabou legitimado em decisão do Supremo Tribunal Federal de 2018. Levantamento da Folha mostrou que há guardas civis em 22 capitais, 20 delas armadas (6, como São Paulo, fazem uso de fuzis).



A escalada para que essas corporações ganhem status de unidades de elite não para por aí: uma PEC no Congresso Nacional prevê ampliar a segurança jurídica para avaliar ações mais ostensivas e alterar o nome para Polícia Municipal. Esse papel constitucional cabe à Polícia Militar, sob responsabilidade dos governos estaduais, mas o advento do Estatuto Geral das Guardas Municipais, de 2014, ampliou os poderes do grupo, autorizando o patrulhamento nas ruas, o uso progressivo da força e a realização de prisões em flagrante.

Em algumas capitais, agentes paramentados já se assemelham a pequenas tropas de choque, abordando suspeitos e combatendo furtos, roubos e o tráfico de drogas. Às vésperas das eleições municipais, o discurso de incremento às guardas ganhou tração política —a violência urbana é preocupação precípua entre os eleitores, ainda que prefeitos tenham influência secundária em seu combate.

Não há dúvida de que, se bem treinadas e com papéis claramente delineados, as guardas municipais podem ser um relevante ativo no combate à criminalidade, sobretudo em cidades mais populosas. O modelo de polícia municipalizada foi implantado em algumas metrópoles dos EUA já em meados do século 19. As responsabilidades incluem a manutenção da ordem pública e as investigações criminais —aqui, respectivamente, deveres das polícias Militar e Civil.

Como no Brasil já existe essa divisão de funções, e não há no horizonte imediato qualquer possibilidade de unificação das forças, seja sob comando municipal ou estadual, corre-se o risco considerável de que as guardas acabem se sobrepondo às prerrogativas da PM. É amplamente conhecida por estudiosos da segurança pública a convivência desarmoniosa e pouco produtiva, para dizer o mínimo, entre as polícias Militar —esta um resquício anacrônico da ditadura— e Civil. Sem atribuições e limites determinados, um empoderado terceiro elemento pode complicar ainda mais essa relação.

Fome e Bolsa Família

Insegurança alimentar cai, mas é preciso reduzir dependência em programa social

O Brasil continua fazendo parte do grupo que integra o Mapa da Fome das Nações Unidas. Em novo relatório do organismo, com dados relativos ao triênio 2021-2023, o país figura com 39,7 milhões de pessoas em insegurança alimentar. A boa notícia é que, em relação ao período de 2020 a 2022, quando 70,3 milhões estavam nesta situação, houve queda de 44%.



A ONU qualifica a insegurança alimentar como "moderada" e "grave". Na primeira, há redução na quantidade ingerida e incerteza sobre o acesso a alimentos. Na segunda, ocorrência de um ou mais dias sem comida. Esta ainda afeta 14,3 milhões de brasileiros, ou 6,6% da população —ante 21,1 milhões (9,9%) no relatório anterior.

A redução entre os levantamentos do órgão

pode ser explicada principalmente por dois fatores: o relaxamento, em 2022, das medidas mais restritivas impostas pela pandemia da Covid-19 e o aumento, naquele ano eleitoral, dos valores pagos pelo Bolsa Família. O triênio 2021-2023 computa dois anos (2022 e 2023) em que o principal benefício social aos mais pobres no país foi reajustado para cerca de R\$ 600. Na pesquisa anterior, apenas o ano de 2022 continha o valor neste patamar.

Os dados demonstram claramente a importância do Bolsa Família para que os brasileiros menos favorecidos consigam o básico: comer. O lado negativo dessa moeda é a constatação de quão dependente o Brasil se tornou de um programa social para que parcela significativa da população possa sobreviver.

Em muitos estados do Norte e Nordeste há hoje, perturbadoramente, mais beneficiários do Bolsa Família do que trabalhadores com carteira assinada, o que revela a falta de dinamismo da economia. O governo Lula (PT) comemorou os números da ONU e estima que o país deixará o Mapa da Fome ao seu término, em 2026. Até lá, com o Bolsa Família turbinado, isso é bastante factível. O fundamental, porém, seria Lula ajustar as contas públicas e criar um ambiente econômico que permita aos brasileiros ter melhores empregos e ganhar mais, abrindo portas de saída para quem ainda depende de programas sociais.

A política destrói coisas belas

Embate sobre a Santa Ceia na abertura das Olimpíadas revela como a polarização ideológica produziu uma sociedade paranoica

Lygia Maria

As Olimpíadas são um evento que celebra a união dos povos por meio dos esportes, mas a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris gerou contenda global entre conservadores e progressistas.

Num dos trechos do evento, uma performance com drag queens aludiu à pintura "A Última Ceia" (mais conhecida como "Santa Ceia"), de Leonardo da Vinci (1452-1519). Conjecturou-se, depois, que a obra referenciada seria outra, do pintor holandês Jan Hermansz van Bijlert (1597-1671), que retrata um banquete das divindades do panteão grego —Dionísio, o deus do vinho, foi representado na encenação em questão.

A confusão, contudo, já estava instalada, dado que o trabalho do gênio italiano é muito mais famoso do que o de van Bijlert e já serviu a diversas paródias, com super-heróis, personagens de séries de TV, filmes etc. Mas pouco importa a pintura. O que o imbróglio revela, na verdade, é como a guerra cultural, na qual se baseia a atual polarização política, produziu uma sociedade paranoica.



No cotidiano ou em produtos culturais,

militantes dogmáticos de esquerda e de direita buscam opressão das minorias ou ataque à tradição. Palavras como "denegrir" são racistas; marchinhas de Carnaval são homofóbicas; série que satiriza Jesus deve ser censurada; escola não é lugar para educação sexual; não se deve torcer para países colonizadores na Copa do Mundo de Futebol; cavalheirismo é machismo.

São inúmeros os exemplos desse puritanismo secular persecutório que trata a política como religião e encara qualquer aspecto da vida como ocasião para dar glórias a uma causa e acusar pecadores. Neste ambiente sufocante, difícil não sentir falta de quando festas populares, artes e eventos culturais nos davam um respiro das agruras da realidade material com uma lufada de diversão, fantasia ou erotismo. Saudades de quando as Olimpíadas eram apenas a celebração mundial da capacidade humana de ultrapassar limites em busca da perfeição. A política destrói coisas belas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.07.2024 – PÁG. A3

Adaptação climática, economia e sofrimento humano

Crise exige estimativa realista do volume de investimentos necessários

Virgilio Viana



As tragédias do Rio Grande do Sul, da Amazônia e do Pantanal não deixam margem para dúvida. Estamos na era da adaptação às mudanças climáticas. Enfrentar isso deve ser a prioridade de governos, empresas, universidades e sociedade civil.

Muitos meios de comunicação têm prestado um desserviço à humanidade ao alimentar uma falsa polêmica sobre o fato de as mudanças climáticas serem causadas pela ação humana. Vale lembrar que na história do cigarro as empresas foram eficientes em arremeter cientistas para minimizar ou refutar as evidências dos impactos do tabagismo sobre a saúde.

O mesmo ocorreu com indústrias ligadas aos agrotóxicos. Estariam as empresas de petróleo fazendo o mesmo? É hora de relegar os negociantes climáticos ao ostracismo. É o momento de dar ouvidos aos alertas do papa Francisco, tanto na exortação "Laudato Deum" quanto na encíclica "Laudato Si", que trata do cuidado e da conservação do meio ambiente.

Há quase 20 anos, o histórico Relatório Stern continha uma mensagem clara: os custos da inação climática são cerca de cinco vezes maiores do que os custos para prevenir o problema. Os relatórios anuais da ONU e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) vão na mesma direção. Em outras palavras, é economicamente mais inteligente prevenir do que remediar. Estamos colhendo os frutos dessa inação, infelizmente.

Os números da enchente no Rio Grande do Sul são impressionantes: mais de 200 mortos e desaparecidos, 80 mil pessoas desabrigadas e 100 mil residências inundadas. As enchentes afetaram mais de 90% da atividade econômica do estado e a estimativa do governo local é de um custo de R\$ 200 bilhões para a recuperação dos estragos.

Segundo o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 66% dos 5.570 municípios brasileiros têm capacidade baixa ou muito baixa de adaptação a eventos climáticos extremos. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, houve 60 mil decretações de emergência no Brasil de 2013 a 2023. É urgente pensar mais em adaptação do que em ações emergenciais. Os impactos econômicos, sociais e ambientais da seca recorde na Amazônia em 2023 foram gigantescos. As queimadas recordes deste ano no Pantanal e outros biomas brasileiros também são trágicas. Até quando vamos esperar para agir?

O Ministério do Meio Ambiente apoiará a construção de 260 planos municipais de adaptação à mudança do clima —menos de 5% do total. Seria possível alcançar 100% dos municípios até a COP30, que ocorrerá no final de 2025, em Belém? Temos uma oportunidade única para mostrar à comunidade internacional a seriedade do Brasil nessa agenda. Precisamos de uma estimativa realista do volume de investimentos necessários para preparar nossos municípios para a adaptação climática. Com base nisso, poderemos buscar fontes de financiamento nacional e internacional.

O Brasil deve estruturar um ambicioso programa de apoio à gestão, à inovação tecnológica e ao financiamento para a adaptação. É o único caminho para diminuir as perdas econômicas e o sofrimento humano.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.07.2024 – PÁG. A4

Partidos estabelecem critérios obscuros para uso de R\$ 5 bi do fundo público eleitoral

Acesso ao dinheiro público pelos candidatos continuará sendo decidido majoritariamente pelas cúpulas das legendas

Ranier Bragon

Os R\$ 5 bilhões de dinheiro público destinados aos partidos políticos para financiar as eleições municipais de outubro serão distribuídos aos candidatos com base em critérios variados e, em alguns casos, quase sem critério nenhum. A lei define que, para receber a verba, a legenda tem que aprovar e divulgar com destaque uma resolução com os parâmetros que irá usar para repartir o recurso.

Consulta feita pela Folha nas resoluções aprovadas pelos principais partidos, porém, mostra um rol de generalizações que, à exceção da determinação da verba mínima para mulheres e negros, mantém a





CLIPPING

DATA

29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

decisão final nas mãos dos pequenos grupos que formam cada uma das cúpulas dessas legendas. Partido com a maior fatia do fundo, o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro é um exemplo disso. A sigla aprovou resolução que prevê que 70% dos R\$ 887 milhões a que tem direito serão divididos com base, principalmente, no desempenho do partido na eleição de 2022. Ou seja, candidatos de estados que elegeram mais deputados federais devem receber mais recursos.

A sigla, porém, estabeleceu uma cláusula que dá à Executiva Nacional, comanda por Valdemar Costa Neto, poder total para modificar completamente esses critérios, a depender apenas da conveniência política. "Os recursos (...) só serão destinados às unidades federativas após deliberação da Comissão Executiva Nacional do PL, diante das peculiaridades e objetivos partidários em cada estado da Federação, quando poderão ser adotados critérios políticos" que venham a ser estabelecidos "pela Executiva Nacional, no interesse e na conveniência partidária".

Caso algum estado não se enquadre nesses parâmetros, não receberá um centavo, diz o texto. Os demais 30% da bolada do PL serão distribuídos diretamente pelo comando da sigla, sem qualquer critério objetivo, também com base apenas no "interesse e na conveniência partidária". Procurado, o PL não se manifestou.

Partido que detém a segunda maior fatia do fundo eleitoral, o PT de Lula (R\$ 620 milhões), presidido por Gleisi Hoffman, também aprovou um texto genérico, em que não detalha valores a serem divididos ou critérios de escolha de candidatos. Apenas delibera que os congressistas do partido irão participar, ao lado do Diretório Nacional, da decisão dos recursos distribuídos. A resolução do PT também concentra poderes na Executiva Nacional, afirmando que ela poderá rever decisão das instâncias inferiores do partido.

Não fica claro quem dará a palavra final no caso de divergências entre congressistas e diretórios. "O critério estabelecido na resolução, de tomar decisões em conjunto com as bancadas eleitas, é o da democracia interna do partido", disse a assessoria de imprensa do PT. O Fundo Eleitoral foi criado por lei aprovada pelo Congresso em 2017, após o STF (Supremo Tribunal Federal) proibir, dois anos antes, o financiamento empresarial de candidatos e partidos.

Além dos R\$ 5 bilhões, os partidos têm ainda direito à verba anual do Fundo Partidário, neste ano projetada em R\$ 1,2 bilhão. A verba dos dois fundos é distribuída aos partidos com base, principalmente, no desempenho de cada um deles nas eleições para a Câmara dos Deputados. "O que se nota, de modo geral, contraria a legislação na medida em que não se definem propriamente critérios, mas somente a divisão de fatias dos recursos entre órgãos ou autoridades do partido, cujos critérios para distribuí-los entre as candidaturas permanecem desconhecidos", afirma Marcelo Issa, diretor-executivo do Transparência Partidária.

O PP aprovou uma tabela que reserva os maiores valores proporcionais dos R\$ 417 milhões de sua cota do fundo aos estados dos seus dois governadores, Acre (Gladson Cameli) e Roraima (Antonio Denarium), além de Alagoas e do Piauí, estados do presidente da Câmara, Arthur Lira, e do presidente do partido, Ciro Nogueira, respectivamente. Na ponta de baixo da lista, o PP de três estados terá valor correspondente a menos de R\$ 1 por habitante: Pará, Amapá e Mato Grosso. No Amazonas não receberá nada. A sigla não tem deputados federais nesses quatro estados.

"Os recursos serão distribuídos por livre deliberação da Comissão Executiva Nacional, diante das peculiaridades e objetivos da organização do partido nos estados e municípios, mediante critérios políticos, pesquisas eleitorais e potencial eleitoral de candidatos, candidatas ou coligações, conforme o interesse e a conveniência políticos e eleitorais partidários", diz a resolução aprovada pelo PP. O documento confere ainda a Ciro Nogueira poder de "proceder a eventuais ajustes a fim de compatibilizar a contabilidade do partido".

Já o MDB, que é comandado por Baleia Rossi, transferiu aos parlamentares da sigla o poder de escolha de parte dos recursos —R\$ 55 milhões dos R\$ 405 milhões a que o partido tem direito, por exemplo, serão distribuídos aos candidatos a critério dos deputados federais da legenda. Outros R\$ 15 milhões, por escolha dos deputados estaduais. O partido estabeleceu ainda determinação de ação ativa contra as candidaturas laranjas. Segundo a resolução, os diretórios "deverão envidar esforços, criando padrões de controle para coibir rigorosamente as candidaturas femininas fictícias que não tenham interesse eleitoral e sirvam apenas para cumprir as exigências legais".

A lei e decisões da Justiça Eleitoral determinam que partidos precisam repassar recursos de forma proporcional ao número de mulheres e negros que lançar. Essas regras, porém, são largamente descumpridas pelos partidos e tornam-se objetos de projetos de anistia no Congresso. O PSDB, por sua vez, tem um dos textos mais sucintos, com apenas três parágrafos. Em resumo, dá ao presidente da sigla, Marconi Perillo, e à Executiva Nacional o poder de decisão, "considerada a estratégia política-eleitoral do partido no âmbito nacional e local". "O PSDB enviou ao TSE seus critérios de distribuição de recursos de acordo lei. A distribuição levará em consideração sua estratégia eleitoral e a opinião de representantes do partido no Congresso Nacional, de governadores e de outras lideranças políticas, respeitando as cotas femininas e de raça", disse a assessoria de imprensa do partido.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.07.2024 – PÁG. A6

Lula usa TV para atacar herança de Bolsonaro e diz que manterá responsabilidade fiscal

Presidente cita transição energética, juros e políticas sociais em quarto pronunciamento em rede nacional

César Feitoza



O presidente Lula (PT) usou o pronunciamento em rede nacional de TV e rádio convocado neste domingo (28) para fazer críticas ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sem mencioná-lo nominalmente, e pedir a volta da "paz" e do "humanismo". Na fala, o petista reafirmou também o compromisso em manter a responsabilidade fiscal, exaltou dados positivos da economia e disse que pegou um país destruído, com juros altos e inflação.

"Não abrirei mão da responsabilidade fiscal. Entre as



CLIPPING

DATA

29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

muitas lições de vida que recebi de minha mãe, Dona Lindu, aprendi a não gastar mais do que ganho. É essa responsabilidade que está nos permitindo ajudar a população do Rio Grande do Sul com recursos federais", disse Lula. No início do pronunciamento, Lula agradeceu a população pela confiança em "derrotar a tentativa de golpe de 8 de janeiro". "A democracia venceu", disse o presidente.

O presidente citou os números da economia no final de seu segundo mandato, em 2010, e disse que seus sucessores promoveram uma "enorme destruição do país". Mais uma vez as gestões de Dilma Rousseff (2011-2016) foram ignoradas por Lula, assim como fizera em discursos desde a campanha de 2022. "[Depois dos meus governos] programas importantes para o povo, como a Farmácia Popular e o Minha Casa Minha Vida, foram abandonados [...]. Espalharam armas ao invés de empregos. Trouxeram a fome de volta. Deixaram a maior taxa de juros do planeta. O Brasil era um país em ruínas", disse Lula.

O discurso de Lula se baseou no slogan de sua atual gestão, "união e reconstrução", em que busca fazer referência a dificuldades de seu governo após heranças sociais e econômicas que teriam sido deixadas pela gestão Bolsonaro. Nesse sentido, Lula citou uma série de medidas econômicas, como o aumento do salário mínimo, e de políticas sociais, como a lei da igualdade salarial entre homens e mulheres, para sinalizar que o "Brasil se reencontrou com a civilização". O presidente também disse que o Brasil tem "uma das matrizes de energia mais limpas do mundo". "Seremos uma potência mundial em geração de energia renovável e no enfrentamento à crise climática", afirmou.

Ao longo do pronunciamento, Lula afirmou ainda que o país recuperou "protagonismo no cenário mundial", com participação em fóruns internacionais e na expectativa para sediar as reuniões da cúpula do G-20, do BRICS e da COP-30. "Este é o resultado de uma diplomacia ativa e altiva: o mundo voltou a acreditar no Brasil, na capacidade do nosso povo e em nosso compromisso com a democracia", disse. Este foi o quarto pronunciamento feito por Lula em rede nacional desde que assumiu a Presidência da República em 2023. A gravação teve sete minutos e foi feita na sexta-feira (26), em Brasília. No mesmo período da gestão anterior, o ex-presidente Bolsonaro havia feito oito discursos em cadeia nacional de rádio e TV, boa parte em razão da pandemia de Covid-19.

O pronunciamento de Lula ocorre em momento delicado para a economia do país e para o equilíbrio das contas públicas. O governo será obrigado a congelar R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano. O bloqueio é necessário para que o governo cumpra as regras do arcabouço fiscal e, ao menos parte do dinheiro congelado pode voltar à Esplanada dos Ministérios, a depender do resultado das contas públicas no próximo bimestre. A tesourada preocupa os ministérios, que procuram formas para ficar de fora do bloqueio. O ministro da Defesa, José Múcio, foi diretamente ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para pedir para ser deixado de lado.

Outros ministros correm para empenhar despesas e blindar seus investimentos. O empenho é o estágio em que o governo se compromete com o pagamento de determinado gasto, o que impede o bloqueio. Os detalhes do corte serão divulgados na terça-feira (30). A decisão final sobre quanto cada ministério perderá é de Lula. O pronunciamento de Lula também é o primeiro desde que o governo virou foco de piadas nas redes sociais por decisões impopulares, como a sanção à lei que deu fim à isenção de imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50.

A chamada "taxa das blusinhas" rendeu memes em que Fernando Haddad aparece com o apelido de Taxadd. A onda de publicações negativas para o ministro foi debatida pela cúpula do governo, que patina para responder às piadas no meio digital. Mesmo que a inflação tenha desacelerado em junho, o preço dos combustíveis teve nova alta na última semana. A gasolina passou de R\$ 6 pela primeira vez em dez meses.

Soma-se ao cenário as críticas públicas de Lula ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pela manutenção da Selic (taxa básica de juros) em patamares elevados. Em evento na sexta (26), Lula perguntou se Campos Neto não teria "respeito" à população por ter defendido uma eventual flexibilização dos pisos salariais de Saúde e Educação como forma de reduzir a inflação.

"Esses dias o presidente do Banco Central deu uma declaração para imprensa que não quis acreditar. O cidadão, jovem, bem sucedido na vida diz o seguinte: esse negócio de aumento do salário mínimo e massa salarial crescendo pode gerar inflação. Significa que, para não ter inflação, o povo precisa ganhar pouco? Será que essa pessoa não tem respeito?", disse Lula. "Será que as pessoas pensam que alguém ganha salário mínimo porque quer ganhar salário mínimo? Será que pensa que Brasil é pobre porque quer ser pobre? Não. Dê oportunidade ao pobre que ele vai fazer como fez esse pernambucano aqui, virar presidente da República", afirmou.

JORNAL – O HOJE – 29.07.2024 – PÁG. 10

Feminicídio: crime persiste, mesmo com avanços no direito das mulheres

Em 2023, Brasil registrou número recorde de casos registrados de mulheres estupradas e assassinadas

João Victor Reynol de Andrade

O direito das mulheres é dito como algo que evoluiu nos últimos dez anos, isso também é tido como um consenso de especialistas de direito e ativistas do movimento feminista. Contudo, este consenso é posto em contrapartida no aumento de casos registrados dos vários tipos de violência contra a mulher.

Segundo dados do 18º Anuário de Segurança Pública de 2024, 5.397 mulheres foram assassinadas em 2023, sendo que 1.467 destes casos se enquadram como feminicídio, uma alta de 0,14% do ano de 2022 com 5.389. Em Goiás, houve uma diminuição no total de mulheres assassinadas, entretanto, o feminicídio aumentou pela morte de uma mulher a mais que no ano anterior, de 55 para 56 pessoas.



Contudo, outros tipos de violência contra as mulheres também aumentara entre 2022 e 2023 como ameaça, de 668.355 para 778.921 casos. Em Goiás, os números dispararam de 26.350 para 30.406, com uma variação



CLIPPING

DATA
29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
14 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

de 15,4%. Enquanto isso, a violência doméstica entre os anos de 2022 e 2023 também subiu de 235.915 para 258.941, em Goiás houve uma elevação de 5.158 para 5.225, uma variação de 1,3%.

Para a advogada especialista em defesa do direito das mulheres, Ana Carolina Fleury, ao jornal O HOJE, este aumento de casos pode significar tanto um aumento na procura de vítimas pelo poder público, quanto a falta de políticas públicas que assegurem às mulheres. “Vimos de um período em que a violência contra a mulher vem subindo como um reflexo de um tempo em que os direitos da mulher foram relegados. Houve um declínio no entendimento da mulher como sujeito de direito que merece proteção”.

Cita, como exemplo deste reflexo, o recorde de mulheres que foram estupradas decorrente do desmantelamento de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo os dados, 20.124 foram violadas se comparado com 19.073 do ano de 2022. O estupro de vulnerável também atingiu um recorde com 64.237 casos em 2023 se comparado com 59.761 do ano anterior. Com isso, cita que é necessário mais do que nunca avanços para que as mulheres consigam defender os seus direitos plenos perante a Lei, mesmo que tenham tido um aumento de recursos jurídicos que amparam as mulheres em casos onde a violência já ocorreu. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instaurado em 2021, deveria ser usado de forma obrigatória pela corte para guiar juízes e juízas a atuar dentro da perspectiva de gênero. Contudo, relata que por um falta em uma capacitação especializada no assunto, este guia é esquecido por juízes do poder público.

Um outro avanço foi o aumento de 23% nas medidas protetivas de urgência concedidas pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) em 2023, saindo de 16.603 em 2022 para 20.418. Porém, muitos destes pedidos ainda devem ser formalizados por advogados que requisitam à Justiça. Entretanto, muitas mulheres que estão em risco de violência não possuem condições financeiras para arcar com os custos uma vez que as próprias finanças geralmente são controladas pelo homem ou pela família. Apesar de existir redes de apoio que intermediam esses pedidos como as casas de apoio, são muito pouco para uma demanda muito grande. “Sim, nós temos mais recursos jurídicos. Porém, pela minha experiência na área que considero como considerável, esses recursos não são aplicados da maneira que deveriam. Deixam muito a desejar e ainda tem muita revitimização de mulheres, levando a mais violência e insegurança” afirma.

Similarmente, a gestora da casa de apoio do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Carla Monteiro, relata para O HOJE que esse aumento também significa um apelo para novas políticas públicas transformadoras que não apenas mitigam ou somente dão assistência para as mulheres que já foram vítimas de violência. Como diz, é necessária uma maior atuação na prevenção de forma que as mulheres não sejam revitimizadas. “O Brasil possui uma das melhores leis do mundo no combate da violência. Mas ainda não conseguimos pacificar a sociedade”, afirma.

Uma das formas que propõem de ajudar a resolver esta questão cultural é com a educação de gênero durante a juventude. Isso é pelo fato da violência contra a mulher ser revestida em camadas culturais e históricas que não foram analisadas por uma parcela da população. Muito disso é pela educação familiar que ainda reforça estes preconceitos nos mais jovens. “Uma colega trabalhava com os Grupos Reflexivos de Homens e contava como alguns deles não sabiam até então que a mulher não era propriedade dele. Muito disso é porque era algo ensinado pelos próprios pais destes homens”, conta.

Formas diferentes do combate à violência contra mulher

Além de colocar em prática as leis que já estão vigentes, o advogado e especialista em direitos humanos, Gabriel de Castro, conta que há opção na defesa dos direitos das mulheres que ainda não são conhecidos pela população em geral, como os assistentes de acusação. Esses representantes legais, que em sua maioria são advogados, ingressam em um processo penal em prol da vítima. Em alguns destes casos, os advogados criminalistas também poderiam, e deveriam, servir nestes papéis mesmo que não seja algo comum entre a área.

Além disso, há a opção da justiça restaurativa que pode dialogar entre as partes para uma negociação a fim resolver os conflitos. Em certos casos essa alternativa pode ou não ser concedida pela justiça a deferimento do juiz encarregado do caso. Se o pedido for liberado, ambas as partes serão analisadas pelas equipes do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJ-GO a fim de que um acordo seja firmado e intermediado pelo órgão.

Enquanto isso, o poder público através da prefeitura de Goiânia também possui grupos e casas de apoio para as mulheres que foram vítimas ou que estão em situação de risco. Tanto o Centro de Referência da Mulher Cora Coralina como a Casa Abrigo, mantidos pela Secretaria Municipal de Políticas à Mulher (SMPM), trabalham em conjunto com o TJ-GO e a Delegacia Estadual de Atendimento Especializado à Mulher (Deaem) para oferecer suporte e apoio às mulheres. “A SMPM de Goiânia desenvolve projetos, campanhas e ações para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. Além de atuar na promoção e proteção na perspectiva de gênero e incorporação às demais políticas públicas” afirma a secretária do SMPM, Katia Hyodo, à equipe de reportagem.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.07.2024 – PÁG. POLÍTICA

STF retoma atividades e vai analisar marco temporal e marco civil da internet

STF retoma atividades e pauta do segundo semestre prevê dois julgamentos polêmicos: o primeiro, que estabelece uma data para a demarcação de terras indígenas; o segundo, que responsabiliza as big techs sobre publicações nas redes

Renato Souza



O Supremo Tribunal Federal retoma as atividades na quinta-feira (1º/8) sob a promessa de chegar a uma definição sobre dois temas com potencial de acirrar o conflito entre os poderes Judiciário e Legislativo. O primeiro é a tese do marco temporal das terras indígenas, derrubada pelo STF no ano passado, mas ressuscitada pelo Congresso — que aprovou uma lei cancelando o entendimento e revisando a decisão da Corte.

O segundo é o marco civil da internet e a discussão sobre o artigo 19 — que trata da responsabilização dos



CLIPPING

DATA

29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

provedores sobre o conteúdo dos usuários. O marco temporal coloca em lados opostos comunidades tradicionais e ruralistas. A tese afirma que só teriam direito a ocupar áreas destinadas aos povos indígenas comunidades que já as ocupavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Mesmo quem lá estava antes disso, mas por alguma razão tenha sido obrigado a migrar, não teria direito àquela terra.

Entre algumas das alegações dos ruralistas, está que algumas dessas áreas, antes indígenas, são ocupadas há décadas por famílias de pequenos produtores, que as compraram de boa-fé ou para lá se mudaram no começo do século passado. Além disso, os defensores da tese do marco argumentam que retirar os ocupantes das terras pode piorar a instabilidade em algumas regiões habitualmente tensas por conta de disputas agrárias.

O STF entendeu que o marco é inconstitucional, não encontra respaldo constitucional e viola direitos de povos tradicionais. Em abril, o relator das ações sobre o tema, ministro Gilmar Mendes, negou um pedido para suspender a proposição aprovada pelo Congresso, mas determinou a criação de uma comissão especial composta por governadores, produtores e representantes dos indígenas. O governador Eduardo Riedel, de Mato Grosso do Sul, foi escolhido pelo Fórum Nacional de Governadores para representar as unidades da Federação no colegiado. O tema será discutido em audiências públicas no Supremo. O primeiro encontro será em 5 de agosto e as reuniões vão até 18 de dezembro. A Articulação dos Povos Indígenas (Apib) terá seis representantes; a Câmara e o Senado, três membros cada; e o governo federal, quatro.

Internet

O ministro Dias Toffoli, relator de ações que tratam do marco civil na internet, prometeu que em julho as ações estariam prontas para julgamento. O tema opõe as *big techs* — grandes empresas de tecnologia que gerenciam plataformas digitais — grupos que querem a regulamentação das redes sociais. O caso foi pautado para julgamento em março, mas foi retirado de pauta a pedido de Toffoli sob o argumento de que era necessário aguardar a votação, no Congresso, do projeto das fake news — que criminaliza a prática de disseminação de mentiras e desinformações pelas redes sociais. Mas a proposta emperrou na Câmara por pressão dos bolsonaristas, que conseguiram frear o Projeto de Lei (PL) 2.630/20. Em abril, o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), anunciou a criação de um grupo de trabalho para debater um novo projeto de regulação das redes sociais.

A isso somaram-se os ataques do bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), contra o ministro Alexandre de Moraes, que numa série de publicações acusou-o de estar à frente de ações contra a liberdade de expressão — o que serviu para atizar os bolsonaristas contra o STF. Por conta desses dois episódios, Toffoli decidiu realizar o julgamento. A discussão gira em torno do artigo 19 do marco civil da internet, que prevê a responsabilização das plataformas digitais pelos conteúdos de desinformação ou outras ilegalidades postados pelos usuários. Alexandre Coelho, advogado especialista em Direito Digital e Proteção de Dados, ressalta que o cenário atual é bem diferente da época em que o marco civil foi aprovado no Congresso.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.07.2024 – PÁG. BRASIL

Projeto do MDH formará advogados para atender mulheres negras presas

Projeto piloto do Ministério dos Direitos Humanos oferece especialização jurídica com o objetivo de combater erros processuais e violência estrutural. Iniciativa que teve início no Rio de Janeiro deve ser ampliada para todo o país

Henrique Lessa

Um projeto do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) quer formar advogados populares para atender mulheres negras encarceradas no sistema prisional brasileiro. A iniciativa piloto abrange inicialmente as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e contará com um investimento federal de R\$ 1 milhão na primeira fase. Ao Correio, o secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, afirmou que o projeto visa combater as violências estruturais que vitimam as mulheres negras que vivem em privação de liberdade. Segundo ele, a ideia é ampliar a iniciativa para todo o país.



"É um projeto que se inicia na UFF, que já tem um núcleo de estudos e pesquisas em torno da violência e desassistência de pessoas em situação de vulnerabilidade no acesso à justiça. Será um trabalho de formação para jovens advogados no âmbito da execução penal. É um projeto modelo, mas a ideia é conseguir, no próximo ano, ampliar e levar essa experiência para outros estados do Brasil", conta.

No primeiro semestre, foram colocados em operação dois Centros de Referência em Acesso a Direitos e Administração de Conflitos (CRADAC). Esses centros farão a capacitação desses advogados. Um dos temas apontados como central em erros processuais, que têm levado inúmeros inocentes ao encarceramento, é o processo de investigação por reconhecimento fotográfico de suspeitos de delitos. A prática é criticada por especialistas em segurança pública. Uma das responsáveis pela iniciativa dentro do Ministério, Bruna Martins Costa, da Coordenação-Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos, aponta que o projeto contempla uma formação que usualmente é ignorada nos cursos universitários de direito. "A perspectiva formativa para advogados e advogadas negros demonstra preocupação com a qualificação desses profissionais em um segmento (execução penal e direito penal) pouco ensinado nos cursos de direito", destaca.

Apesar de aberta para toda a população, o diretor de Defesa dos Direitos Humanos da pasta, Felipe Biasoli, acredita que a formação de profissionais negros deve auxiliar na defesa desse segmento da população. "O processo de qualificação de advogados e advogadas negros também busca enfrentar o racismo estrutural, na medida em que oportuniza que pessoas de grupos historicamente vilipendiados possam ser protagonistas do



CLIPPING

DATA

29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

próprio processo de enfrentamento dessas violências", afirma. O secretário Bruno Renato Teixeira destaca que, apesar de não ter seletividade, haverá prioridade racial e de gênero. "Por óbvio a gente prioriza, como em todas as ações de processos seletivos do governo federal, que se observe as questões de gênero e raça. É um segmento da advocacia que, muitas vezes, não tem acesso a formação no âmbito das universidades públicas federais. Então nos critérios de seleção também serão observados cor, raça e gênero e, sobretudo, de condição social. Mas ele é aberto a todos os profissionais do direito", diz.

Alta procura

A formação jurídica, com a duração de um semestre, já teve a primeira seleção, com procura bem acima das 100 vagas oferecidas para a primeira turma. "A procura foi muito grande, de jovens advogados, de advogados populares, de advogados que já atuam em instituições que fazem esse trabalho, então há uma expectativa que no próximo ano a gente consiga ampliar esse número de vagas", ressalta Teixeira. O projeto conta com a parceria do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN), que já atua na formação de advogados para atuar oferecendo um atendimento humanizado com qualificação profissional para reduzir as desigualdades motivadas por gênero e raça no sistema prisional.

Também serão oferecidos outros dois cursos de extensão: "Estratégias jurídicas para os processos de execução da pena de mulheres encarceradas" e "Os desafios das nulidades da prova na prática processual penal: erros judiciais e atuação criminal em casos de reconhecimento de pessoas". Cada um deles deve especializar e capacitar cerca de 30 profissionais, cada. Neste segundo semestre, também devem ser ofertados cursos no formato virtual e devem ser realizados, em outubro, como parte do projeto, mutirões em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Polarização

Questionado se a polarização política no país não poderia gerar muitas críticas ao projeto, em especial de grupos que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Teixeira apontou que o ministério não pode se pautar por essa questão. "Não cabe ao MDHC trabalhar na execução de um projeto pensando na polarização que o Brasil viveu. O recurso investido é insuficiente para atingir a grande massa carcerária desprovida de assistência jurídica", afirma. "A gente não tem informação de desassistência entre as pessoas que foram presas no dia 8 de janeiro. Então, não há discrepância em priorizar essa parcela da população que ainda não tem advogados especialistas para atender na execução penal", completa o secretário.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.07.2024 – PÁG. OPINIÃO

A luta contra a direita

Apareceu a novidade Kamala Harris, com seu sorriso aberto e o sopro de juventude numa eleição dividida entre dois velhos com ideias antigas. Ela representa o novo

André Gustavo Stumpf

França e Estados Unidos mantêm um curioso caso de influência política recíproca. Quando os norte-americanos proclamaram a independência das 13 colônias da Inglaterra, em 1776, seguiu-se uma guerra que durou até 1781. O governo francês auxiliou os rebeldes da América com navios de guerra, munições e soldados. A independência da antiga colônia inglesa se antecipou e assimilou os princípios políticos da repartição do poder que seriam consolidados na Revolução Francesa de 1789. Os laços entre os dois países são antigos e tradicionais, tanto que Alexis de Tocqueville, francês, escreveu, no início do século 19, seu célebre *A democracia na América*.



Essas lembranças vêm a propósito da antecipação das eleições gerais na França. Foi a decisão de Emmanuel Macron para unir grupos contra a extrema direita, que aparecia nas pesquisas como favorita para vencer o pleito. Alcançou seu objetivo. A extrema-direita foi derrotada. Os norte-americanos replicaram o movimento francês. Joe Biden, o presidente cujo prestígio eleitoral estava em baixa, fez o grande gesto: anunciou sua retirada da corrida eleitoral para impedir a ascensão da extremadireita e abrir caminho para novas ideias. O novo caminho tem nome: Kamala Harris.

A vice-presidente, de 59 anos, tem currículo brilhante. Com bacharelado em artes na Howard University, instituição de ensino destinada à educação de negros, situada em Washington DC, e direito na Faculdade Hastings, UCLA, é filha de migrantes, mãe nascida na Índia e pai jamaicano. Foi promotora de justiça na cidade de San Francisco, procuradora-geral da Califórnia, senadora por aquele estado e vice-presidente no governo Biden. Discreta, passou os últimos anos calada, com a preocupação de sempre ocupar o fundo da cena quando o presidente estava em primeiro plano. Esperou o seu momento. Ele chegou de repente. E, no espaço de poucos dias, ela conseguiu o feito de bater todos os recordes de arrecadação de fundos. Mais de 100 milhões de dólares.

A incrível reviravolta na eleição norte-americana aconteceu no espaço de uma semana, após o atentado contra o candidato Donald Trump e depois de ele ter sido entronizado como candidato oficial dos republicanos ao poder. A fatura parecia liquidada. Mas o inesperado fez uma falseta. Apareceu a novidade Kamala Harris, com seu sorriso aberto e o sopro de juventude numa eleição dividida entre dois velhos com ideias antigas. Ela representa o novo, por ser filha de migrantes. Nada mais surpreendente por ser completamente diferente da matriz original norte-americana, que é o modelo branco, protestante e anglo-

saxão. Negra, casada com advogado bem-sucedido na profissão, adotou os filhos do primeiro casamento do marido.

Salvo o fato novo e o inesperado, a campanha vai correr nos trilhos até novembro, quando os norte-americanos forem às urnas. Os democratas que estavam fora do jogo voltaram à competição. Passaram a ter chances reais. Trump, contudo, não está derrotado. Ele é um pilantra, capaz das maiores vilanias, mas sabe lidar com a imprensa e se projetar de maneira a impressionar o eleitorado. Kamala Harris conhece as artes do debate. Já disse que, por sua experiência na área criminal, conhece tipos como Trump. Completou afirmando que 'nós queremos proibir armas, eles, livros'. Os norte-americanos votam por suas causas e ideias. O americano médio vota com pensamento no emprego, na inflação, na assistência médica e na poupança necessária para mandar o filho para universidade.

A expectativa na Europa é imensa por causa da guerra na Ucrânia. Ninguém entendeu até agora o brutal erro estratégico de Vladimir Putin ao invadir o país vizinho. Ele esperava vencer em algumas semanas. Já se passaram dois anos e os conflitos estão estacionados na fronteira. Analistas ingleses dizem que os russos estão com dificuldades de repor equipamento bélico e munições. Eles, segundo aquelas fontes, perderam mais de 4.500 tanques de guerra. O próximo passo deve ser algum tipo de armistício ou o aprofundamento do conflito. A força aérea norte-americana enviou dois B-52, bombardeiros capazes de lançar bombas atômicas, para uma base na Romênia, distante menos de 100 quilômetros do teatro da guerra.

No Brasil, os bolsonaristas estão em alerta. A eventual vitória de Trump significa melhores possibilidades para a extrema direita vencer a eleição no país. A campanha de Kamala Harris vai jogar a questão da idade para o candidato republicano. Trump, agora, é o velho que concorre contra o novo. Lula, se concorrer a um novo mandato, terá em 2026 a mesma idade que Biden tem hoje, 81 anos. O argumento do velho, senil e inapto para o cargo poderá ser utilizado contra ele, como o foi contra o saudoso Ulysses Guimarães, na eleição de 1989.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 29.07.2024 – PÁG. A11

Audiência no STF debate se orçamento secreto persiste

Na quinta-feira, ministro Flávio Dino comandará audiência de conciliação sobre o orçamento secreto para saber se prática continua

Flávia Maia

Explicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) se a decisão que proibiu o chamado Orçamento Secreto está sendo cumprida será uma das primeiras tarefas do Congresso Nacional ao retornar do recesso. Existe uma desconfiança do Judiciário e de organizações não-governamentais de que a prática continua camuflada por outras formas de repasses. O ministro Flávio Dino, atual relator da ação que discutiu o orçamento secreto, afirma que não houve a “comprovação cabal” do



cumprimento da decisão da Corte, que proibiu o sistema em 2022.

Duas frentes estão abertas no Supremo para tentar inibir as práticas de orçamento secreto. A primeira é uma conciliação agendada para quinta-feira (1) pelo ministro Flávio Dino no caso das emendas do relator (ADPF 854). A segunda é uma nova ação em curso (ADI 7688) proposta pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que questiona as chamadas emendas Pix - modalidade de emenda parlamentar ao Orçamento para destinar verbas públicas diretamente às prefeituras ou ao governo local, sem a necessidade de apresentar projeto ou apontar em qual área a verba será aplicada.

O tema gera desconforto entre os Poderes. Há preocupação nos bastidores políticos de que possíveis barreiras às emendas impostas pela Corte possam prejudicar a já sensível governabilidade do governo Lula. Para minimizar o atrito, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem adotado o discurso de que a distribuição de emendas pode ser remodelada. Na ação judicial mais recente, sobre as emendas Pix, o relator da matéria é o ministro Gilmar Mendes. O ministro votou a favor da manutenção das emendas do relator em 2022, mas ponderou pela definição de critérios mais claros de distribuição e maior transparência na divisão dos recursos e na execução.

Dados apresentados ao Supremo mostram que a União já transferiu mais de R\$ 15 bilhões em emendas individuais por transferências especiais desde 2020, e empenhou mais de R\$ 20 bilhões ao todo, sendo observado o crescimento progressivo do gasto com as emendas Pix. Para entender se há descumprimento da decisão do Supremo por outros Poderes, Dino quer ouvir, no processo de conciliação sobre as emendas de relator, a opinião do Procurador-Geral da República; do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); do Advogado-Geral da União; do chefe da Advocacia do Senado; do chefe da [Advocacia da Câmara dos Deputados e do advogado do partido autor da ação (Pso)]. Ainda não está claro se a conciliação deve se estender para mais de um encontro. Isso vai depender do que for discutido na primeira reunião, que ocorrerá a portas fechadas.

O alerta de que a decisão do Supremo não está sendo cumprida veio de organizações não-governamentais como Transparência Internacional, Transparência Brasil e Contas Abertas - no entanto, elas não participarão da audiência de conciliação. As entidades apontaram três eixos de descumprimento da decisão do STF. No primeiro, questionam os valores remanescentes das emendas de relator, identificadas com o código RP 9 e base do orçamento secreto.

O Congresso e o Executivo têm encontrado caminhos para seguir as mesmas práticas” — Guilherme France

Neste caso, os parlamentares acabaram destinando a maior parte deste remanescente para as emendas de comissão. Assim, as verbas ficaram em nome da comissão como um todo, não de parlamentares específicos, tornando o controle mais difícil. Além disso, os parlamentares ampliaram em 2023 outra rubrica, que identifica os recursos próprios dos ministérios, sem qualquer forma de transparência sobre quem indicou a despesa.

“Os recursos passaram a ser pagos via ministérios, só que a determinação de como e onde esses recursos seriam destinados acabou sendo feito pelos parlamentares”, explica Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional no Brasil. “O Congresso Nacional e o Poder Executivo têm

encontrado caminhos para seguir as mesmas práticas que impedem a identificação do efetivo requerente do recurso por práticas inovadoras como a transferência por ministérios e agora com os recursos via comissão. São mecanismos inventados pelo Congresso para descumprir a decisão original do Supremo”, complementa France. Outro eixo apresentado pelas associações foi o descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria das emendas RP 9 e a sua aplicação. E o terceiro eixo foram as emendas Pix, criadas com o argumento de facilitar a função administrativa, mas pouco transparentes e de difícil controle, pois realizados os repasses a competência de fiscalização não é mais federal, mas sim dos tribunais de contas estaduais e municipais, que não são obrigados a monitorar as transferências.

No entanto, neste caso, Dino entendeu que as emendas Pix foram instituídas pela emenda constitucional 105/2019, portanto, um instrumento diferente do dispositivo mencionado na ação na qual é relator. O ministro entendeu necessária outra ação no STF para discutir o tema e se absteve. A decisão de Dino contribuiu para a Abraji ajuizar nova ação na Corte. “Não é porque mudou o governo que a gente vai parar de olhar para isso, não faz sentido. Foi uma surpresa quando o ministro Flávio Dino pediu os pronunciamentos. Espero que se faça impor realmente a decisão do STF de dar transparência à destinação desses recursos, porque não é possível que tenha uma decisão do Supremo e o governo e o Congresso simplesmente deem um jeito de burlar pela não-transparência”, analisa Juliana Sakai, diretora-executiva da Transparência Brasil.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 29.07.2024 – PÁG. E1

Cresce na Justiça volume de processos contra estelionato sentimental

Levantamento do Trench Rossi Watanabe aponta que ações sobre o tema podem aumentar em 28%, até o fim do ano, em relação a 2023

Adriana Aguiar



A Justiça estadual do país tem registrado um aumento no número de processos sobre o chamado “estelionato sentimental”. Nele, a vítima é induzida a entregar bens ou valores para outra pessoa com a promessa de constituir uma relação afetiva. No ano passado, foram 78 decisões citando com o termo. Até o mês de junho de 2024, já foram proferidas 51 decisões, o que indica que deve haver um aumento com relação a 2023, de acordo com pesquisa inédita do Trench Rossi Watanabe realizada na plataforma de jurimetria Inspira.

Na Justiça estadual, as vítimas pedem reparação pelos danos materiais e danos morais decorrentes dos sofrimentos causados. O tema ganhou mais notoriedade depois do chamado golpe do Tinder, no qual a vítima é atraída por meio de encontro marcado pelo aplicativo de relacionamento e é sequestrada. Os criminosos chegam a esvaziar as contas bancárias de correntistas por meio de transações via Pix. A tendência, segundo o Trench Rossi, é haver mais de 100 decisões até o fim do ano, um crescimento estimado

de 28% em comparação com 2023. Em 2022, foram registradas 85 decisões, praticamente o dobro do ano anterior, 2021, com 46 decisões.

A advogada Fernanda Las Casas, diretora nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam) destaca que esses casos aumentaram, principalmente entre as mulheres que trabalham, estão sozinhas, com boa condição financeira e usam redes sociais para buscar um relacionamento. “São relações que ficam no on-line, muitas vezes os encontros nem acontecem”, diz. Depois de um tempo, afirma “o homem diz ter uma emergência, que aconteceu uma desgraça, para pedir dinheiro emprestado, porque a mãe adoeceu, porque precisa fazer uma cirurgia, precisa limpar o nome antes de casar com ela, quer montar uma empresa com ela de sócia para dar uma vida melhor”. No fim da história, diz Fernanda, ou são abandonadas ou descobrem a fraude, que, em vários casos, já foi aplicada a outras mulheres.

Atualmente, o estelionato sentimental é entendido como uma modalidade do crime de estelionato, tipificado no artigo 171 do Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 5 anos, que sobe para de 2 a 4 anos se a fraude for cometida com informações fornecidas pela vítima ou por meio de redes sociais. O Projeto de Lei nº 6444, de 2019, e que foi apensado ao PL nº 4229, de 2015, tenta tipificar o estelionato sentimental, mas aguarda apreciação do Senado.

O número de registros de estelionato, em geral, bateu novo recorde em 2023, com cerca de 1,9 milhão de ocorrências, de acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho. Um aumento de 8,2% em comparação com 2022, onde foram registrados em torno de 1,8 milhão de ocorrências. Segundo as advogadas que fizeram o levantamento sobre estelionato sentimental, Fernanda Haddad e Giuliana Schunck, sócias da área de Gestão Patrimonial, Família e Sucessões do Trench Rossi Watanabe, as vítimas costumam sentir vergonha e, por isso, demoram para agir. Isso faz com que, em alguns casos, os tribunais não reconheçam a prática de ilícito por ausência de provas de que a vítima tenha sido induzida a erro.

“É importante fazer um boletim de ocorrência, preservar as mensagens e áudios de WhatsApp e procurar um advogado para auxiliar de forma mais direcionada essa busca de provas para tentar obter indenização por danos materiais, morais, seguido de procedimento criminal, se for o caso”, diz Giuliana. Como as vítimas em geral são as mulheres, Fernanda destaca a necessidade de maior regulamentação do tema. “A ideia é que esses casos não caiam na vala dos estelionatos comuns”, afirma. Nesse sentido, o Judiciário começou a aplicar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que passou a ser obrigatório a partir de 2023.

Somente as condenações criminais podem inibir essa prática” — Fernanda Las Casas

“O protocolo ajuda a dar mais valor ao depoimento dessa vítima. Ela precisa ser tratada com respeito pelo Judiciário e essa vulnerabilidade sentimental precisa ser tratada com mais proteção”, diz Giuliana. Em um caso julgado em fevereiro, o juiz Gilberto Schafer, que atua na Comarca de Porto Alegre, seguiu o protocolo e considerou que a Lei Maria da Penha, sobre violência contra a mulher, poderia ser usada para desfazer a sociedade entre uma mulher e um suposto golpista. A mulher alegou ter sido vítima de estelionato sentimental e contraiu empréstimos de cerca de R\$ 1 milhão para investir na empresa do “noivo”.



CLIPPING

DATA
29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

No caso, segundo o processo, a mulher conheceu o namorado em um aplicativo de relacionamento em 2019. Quando já estavam juntos, ele abriu uma empresa da agroindústria com o filho e pediu dinheiro à namorada, que virou sua sócia. Ela alegou que estava apaixonada e "cega" por uma proposta de casamento quando pediu o empréstimo. Já teria alugado salão de festa e escolhido seu vestido de noiva, quando pediu uma prestação de contas e percebeu que era vítima de um golpe. Nesse meio tempo, ela verificou que o homem respondia a diversos processos por estelionato.

Com a ação, ela buscava apenas desfazer a sociedade. Mas é comum a vítima buscar a reparação dos valores dispendidos e indenização por danos morais. O caso tramita em segredo de Justiça. Em decisão de 2023, a 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) confirmou sentença que deu indenização de R\$ 12,9 mil por danos materiais e R\$ 5 mil de danos morais. Nesse caso, a mulher também conheceu o parceiro nas redes sociais, onde ele se apresentava como policial rodoviário federal. No total, foram R\$ 16 mil entre gastos com cartão de crédito e dinheiro em espécie dela para sanar as “dificuldades financeiras urgentes” dele. Ela nunca recebeu de volta qualquer valor.

Ao desconfiar de tantos pedidos de dinheiro, a mulher descobriu que o homem não era servidor público federal, mantinha outras relações de namoro e união estável e havia registro de boletins de ocorrência de outras vítimas já lesadas por ele. Ao analisar o caso, os desembargadores mantiveram sentença que constatou ter sido comprovado que ele obteve a confiança e o afeto da vítima “com a nítida finalidade de auferir vantagens patrimoniais” (Recurso Cível nº 5001224-45.2020.8.24.0032). Além das condenações na área cível, o golpista ainda pode sofrer ação na área penal - que pode gerar pena de reclusão. Recentemente, o 6º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Manaus condenou um homem por estelionato sentimental a mais de quatro anos de prisão. A decisão ainda deu indenização à vítima de R\$ 10 mil por danos morais e R\$ 17,1 mil por danos materiais.

A vítima alegou que manteve o relacionamento por um ano e seis meses e o homem pedia dinheiro constantemente para doença, alimentação, aluguel e dívidas com agiotas. Em janeiro do ano passado, porém, ela teria descoberto que ele era casado e tinha uma filha de 12 anos. De acordo com a juíza, “o réu abusou da confiança e afeição da parceira para obter vantagens patrimoniais, caracterizando o estelionato sentimental”. O número do processo não foi divulgado. De acordo com a advogada criminalista Natasha do Lago, sócia do Ráo & Lago Advogados, essas situações têm sido enquadradas no crime de estelionato e os juízes podem recorrer à Lei Maria da Penha para dar medidas protetivas às mulheres. Nesses processos, diz, os juízes analisam se existem provas de que a mulher foi realmente enganada. Para Fernanda Las Casas, somente as condenações criminais podem dar mais efetividade para inibir essa prática. “O valor das indenizações na esfera cível são baixos”, diz. “De repente sentindo que podem perder a liberdade pode ser mais efetivo”, acrescenta.

TJSP proíbe uso da marca Monster por loja

Famosa fabricante de bebidas energéticas alegou, na Justiça, uso parasitário da marca

Marcela Villar

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) impediu o uso da marca Monster, sem autorização, por uma loja de impressão de adesivos para automóveis. Para a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial da Corte, o uso de elementos visuais e gráficos semelhantes aos da famosa marca Monster de bebidas energéticas, registrada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), é vedado por lei e configura “intuito parasitário”.



Na visão dos desembargadores, a prática traz risco de confusão ou associação indevida por consumidores. Além de proibir o uso da marca, eles determinam o pagamento de indenização por danos morais em R\$ 5 mil e danos materiais (a ser apurado na liquidação da sentença). Os empresários do ramo automotivo, por meio de seus representantes legais, Flávia Ortolani e Marcelo Mendes, do Mendes Ortolani Advogados, negam uso indevido da marca e já recorreram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Eles alegam que “Monster” é um vocábulo comum, portanto, sem proteção marcária, exceção prevista na Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996).

Nos autos do processo, a fabricante de energéticos alega que registrou a marca no INPI primeiro, o que assegura o direito exclusivo de uso no Brasil e “o direito de insurgir-se contra terceiros que reproduzam ou imitem tais sinais”, conforme prevê a Constituição Federal. Segundo a indústria, a loja de impressão imita elementos da marca registrada - como as garras e cores verde e preto - nos adesivos vendidos, o que demonstra “conduta desleal” e a “tentativa de se aproveitar do fundo de comércio da Monster e confundir os consumidores”. No acórdão, o relator do caso, desembargador Jorge Tosta, reconhece a proteção constitucional. Ele considerou que, embora a loja de adesivos tenha sido extinta antes do ajuizamento da ação judicial, os empresários “continuam atuando em seguimento que efetivamente guarda estreita afinidade mercadológica” com a indústria, que patrocina corridas automobilísticas e esportes radicais. “De fato, é suscetível de causar confusão e/ou associação indevida entre os consumidores”, afirmou.

Na visão de Tosta, as provas no processo indicam um “intuito parasitário dos apelados de se valer do prestígio e da fama das marcas das apelantes”. Segundo ele, a loja chegou a tentar o registro da marca no INPI, em 2010, mas o pedido foi indeferido. Desde então, “tinham plena ciência da existência das marcas das apelantes e da vedação ao uso”. A decisão foi unânime (processo nº 1050131-84.2022.8.26.0100). Na primeira instância, o juiz Guilherme de Paula Nascente Nunes havia levado em conta o princípio da territorialidade e entendido que as partes não atuam no mesmo mercado. “As atividades exercidas pela autora e pela requerida não se confundem, a ponto gerar proveito econômico parasitário, desvio de clientela ou confusão ao consumidor”, disse.

O advogado Yuri Fancher Machado Castro, do escritório Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello, que defendeu a indústria no caso, diz ter enviado notificações extrajudiciais aos empresários da loja antes de entrar com a ação, mas não recebeu uma resposta positiva. “E mesmo após o início da ação, eles continuaram usando indevidamente a marca da nossa cliente, que é conhecida mundialmente”, diz. Após as negativas, decidiram entrar com a medida judicial. “Ficou reconhecido não só o uso desautorizado da propriedade industrial, mas também os atos de má-fé”, completa Castro. Ele diz que foi feita ainda uma “investigação” na oficina de envelopamento de veículos e a bebida era vendida e exposta na loja.

Flávia Ortolani, advogada dos empresários da loja de adesivos, explica que o termo “Monster” sempre esteve ligado a seu cliente como apelido de infância, e que a empresa foi reformulada para “Rafa Monster Professional Car Wrapper”. Ela também diz que “monstro” em inglês “é tão comum que existe uma gama de marcas que usam o termo”, citando Monster SA e Monster High. Flávia reforça que “não há comportamento parasitário” e seus clientes “não buscam usar a marca Monster para obtenção de vantagens, proveito econômico ou desvio de clientela, até porque não há confusão entre os ramos de atuação”. Procurada pelo Valor, a fabricante de energéticos Monster não deu retorno até o fechamento desta edição.

Destaque

Ausência em perícia



A simples alegação de problemas pessoais não é suficiente para justificar ausência na perícia previamente designada em ação. É preciso apresentar um motivo razoável para possibilitar a reconsideração e a remarcação do exame médico. Assim decidiu a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ao julgar apelo de homem que sofreu acidente de trabalho no ano de 2011. O resultado do acidente teria sido uma fratura de tornozelo.

O homem afirmou que, em razão da lesão, recebeu auxílio-doença. Encerrado o benefício, teria permanecido incapacitado para o trabalho, o que o fez buscar auxílio-acidente. Porém, ele deixou de comparecer na perícia judicial designada. Deste modo, o pedido foi julgado improcedente pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Florianópolis. O autor recorreu e pediu a redesignação da perícia médica. Alegou que na data específica teve “problemas pessoais”. Segundo o desembargador relator no TJSC, a alegação não se mostra suficiente para amparar o não comparecimento. O voto do relator foi seguido de forma unânime (apelação nº 5039208-85.2023.8.24.0023).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 29.07.2024 – PÁG. E2

Reconstrução do RS e tributação da retomada

Pior do que não repassar recursos para a recomposição do ambiente econômico no RS é exigir, sob a forma de tributos, participação nas receitas

Rafael Pandolfo

A tragédia das enchentes assolou parte relevante da capacidade econômica do Rio Grande do Sul (RS). Máquinas, prédios e estoques foram levados pela água, mas as obrigações assumidas perante fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e fisco permaneceram. A resposta do governo federal, até o momento, foi o oferecimento de financiamentos com juros subsidiados. Assim,



além de pagar fornecedores pelo estoque perdido, reinvestir na reconstrução de ativos e assegurar o adimplimento de todos os demais compromissos relativos a um período em que sequer faturaram, os agentes econômicos atingidos pela maior tragédia climática da história gaúcha também despenderão recursos para o pagamento dos juros (pouco menores que os do mercado, é verdade) relativos aos novos empréstimos contraídos.

As obrigações tributárias, por sua vez, tiveram seus vencimentos meramente postergados, duplicando o peso fiscal nos meses em que essas exações serão recolhidas juntamente com os tributos correntes. Analogicamente, é como dar alta para um paciente internado há um mês na UTI e inscrevê-lo para participar de uma maratona no dia em que ele deixa o hospital. A partir desse contexto, um grupo formado pela Fecomércio-RS, Fiergs, Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Sebrae-RS e OAB-RS, denominado Resgate-RS, encampou um inovador projeto de estímulo à recuperação da atividade econômica gaúcha, por meio de desonerações fiscais pontuais. Essas medidas estão dispostas em sete projetos normativos, todos interligados.

Entre os instrumentos sugeridos, no plano federal, está a desoneração, por tempo limitado, dos seguintes tributos: PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI, IOF (nas operações de crédito), II e ITR, além do Simples Nacional. A fruição do benefício fiscal abrangerá somente as obrigações tributárias diretamente relacionadas aos estabelecimentos atingidos pelos eventos climáticos, localizados nos municípios que foram declarados em situação de emergência ou calamidade pública. O projeto apresenta as seguintes características: horizontalidade, pois abrange todos os segmentos da economia, dispensando a multiplicidade de negociações setoriais; verticalidade, porquanto comporta medidas coerentemente alinhadas nos âmbitos federal, estadual e municipal; eficiência, já que o estímulo corresponderá aos próprios tributos que deixarão de ser repassados pelas empresas atingidas, por determinado tempo; e assertividade, uma vez que a fruição do regime tributário exigirá habilitação junto à Receita Federal do Brasil, o que facilitará a fiscalização e coibirá indesejados desvios na sua aplicação. Além disso, o projeto assegura a manutenção de



CLIPPING

DATA

29.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

28 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

empregos e estimula doações realizadas pelas empresas às famílias de menor renda, destinadas à reconstrução das suas casas.

O Decreto Legislativo nº 36, de 2024, diploma que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, autoriza a União a não computar, no atingimento das metas fiscais, as despesas com as renúncias fiscais necessárias ao enfrentamento das consequências sociais e econômicas geradas pelas enchentes, para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Após o resgate de milhares de pessoas realizado durante as enchentes, o Rio Grande do Sul precisará, agora, do resgate dos agentes econômicos e dos empregos, o que exigirá o protagonismo do governo federal. É preciso que se compreenda, nessa análise, que a desoneração fiscal empregada na reconstrução de ativos destruídos não pode ser equiparada à mera transferência de recursos para despesas correntes, pois está ligada ao restabelecimento da capacidade econômica dos agentes, da qual o próprio estado será beneficiado com o incremento na arrecadação a médio e longo prazos.

Uma lição que se aprende com as tragédias é que a antecipação dos problemas está diretamente ligada à mitigação dos respectivos danos. A calamidade pública, infelizmente ocorrida, não pode ser potencializada pela "calamidade do poder público" na implementação de medidas fiscais necessárias e aplicadas, com êxito, na recuperação dos prejuízos causados pelos furacões Katrina e Sandy (EUA) e pelo tsunami de Tohoku (Japão), por exemplo.

Os modelos dos projetos normativos que abordam as matérias federais foram entregues pelos representantes do grupo Resgate-RS, ao presidente Lula em 15 de maio, ao vice-presidente Alckmin em 17 de maio e ao ministro Paulo Pimenta - cujas sugestões foram incorporadas ao texto - em 24 de maio. Tratando-se de medidas inegavelmente urgentes e relevantes, elas já deveriam ter sido implementadas por medida provisória. Mas não foi o que aconteceu. Como o assunto não teve qualquer evolução junto ao Executivo, a proposta foi analisada e endossada pelo deputado federal Covatti Filho, fundamentando, atualmente, o PL 2265/24 e o PLP 109/24. As empresas, que hoje penam para honrar a folha de salários, enfrentarão, em breve, o dilema tributário para o qual a saída, entregue há quase sessenta dias ao Poder Executivo, chega agora ao Congresso Nacional.

Pior do que não repassar recursos necessários à recomposição do ambiente econômico no RS é exigir, sob a forma de tributos, participação nas comprometidas receitas dos agentes que retomarem suas atividades. A aprovação das medidas fiscais que chegaram ao Congresso é o antídoto sem o qual a União, pela primeira vez na sua história, acabará tributando a própria reconstrução de um Estado federado.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA – SEBIB

Dia 29 de Julho - A primeira chamada telefônica transcontinental da história de 1914



Em 29 de julho de 1914, o presidente da empresa estadunidense AT&T, Theodore Newton Vail, realizava a primeira chamada telefônica transcontinental da história. Durante anos a AT&T, grande operadora norte-americana de telefonia, perseguiu a ideia de interconectar linhas de telefones de costa a costa nos EUA, definindo em 1908 como sendo esta a maior prioridade da empresa.

Mas havia um problema: com as longas distâncias envolvidas, o sinal de voz transportado pelos fios não tinha intensidade suficiente para alcançar os distantes destinos. Um limite tecnológico impedia a criação do sistema. É aí que entra o “audion” (válvula triodo), dispositivo criado pelo físico e inventor Lee De Forest, capaz de amplificar um sinal elétrico recebido em outro de maior potência, permitindo que ele pudesse alcançar distâncias maiores.

E da ciência chega a solução para o problema. Vencidas as limitações tecnológicas da época, a implantação da infraestrutura telefônica necessária foi iniciada, contemplando a instalação de mais de 7600 km de fios e 130 mil postes de sustentação. Com a conclusão desta última etapa, com o último poste tendo sido instalado na cidade de Wendover/Utah dias antes, coube à Theodore Vail a honra de realizar o teste do sistema, fazendo hoje a primeira chamada de uma costa à outra do país.

Mas os “festejos oficiais” e o lançamento comercial do serviço só aconteceriam seis meses depois, em 25 de janeiro de 1915, propositalmente adiados para coincidir com a Feira Mundial de São Francisco de 1915. Nessa oportunidade, coube novamente à dupla Alexander Graham Bell e Thomas Augustus Watson a realização da histórica chamada entre as cidades de Nova Iorque e São Francisco, quando Bell repetiu a célebre frase usada quando da invenção do telefone: “Sr. Watson, venha aqui. Quero vê-lo”. Watson, estando do outro lado do país, responde: “vou demorar cinco dias pra chegar aí desta vez!”. Após o início comercial do serviço, chamadas entre Nova Iorque e São Francisco custavam US\$20,70 para os primeiros três minutos e US\$ 6,75 por minuto adicional. Em valores da época...